

## Uma Leitura Possível da Crônica da Tomada de Ceuta, levando em conta a Representação do Infante D. Henrique nessa obra de Zurara

André Luiz Bertoli\*

**Resumo:** Nesse trabalho foi realizada uma análise sobre a primeira obra oficial do cronista-régio Gomes Eanes de Zurara, a Crônica da Tomada de Ceuta (1449-50). Assim sendo, o recorte temporal e o tema geral desse trabalho é o início da Expansão Atlântica Portuguesa na primeira metade do século XV, suas estratégias políticas, meios de legitimação e, mais especificamente, como na obra de Zurara a imagem de D. Henrique foi construída e representou os valores do cavaleiro cristão, ideal que permeou a nobreza portuguesa e sua ação no Marrocos. Para a realização desse trabalho, procurou-se um método apropriado para a análise de uma crônica medieval, na qual foi analisado um conjunto de valores representados em um personagem. Então, se buscou na história cultural o cabedal teórico-metodológico pertinente a este trabalho, já que se trabalhou com representações e valores sociais.

**Palavras-chave:** Crônica; Infante D. Henrique; historiografia; representação; Zurara.

**Abstract:** In this article we made an analysis about the first official chronicle of the chronicler Gomes Eanes de Zurara, the Crônica da Tomada de Ceuta (1449-50). The period of time and the general subject of this article is the beginning of the Portuguese Atlantic Expansion in the first half of XV century, its political strategies and ways of legitimating, more specifically, how in the work of Zurara the image of D. Henrique was made and how it represented the values of the cristian knight, ideal that continued in the thought of Portuguese nobility and in its action in Marrocco. To do this work, we have searched an appropriate method to analyze a medieval chronicle that has analyzed a group of values represented in a character. Then, we have searched through the cultural history the theoretician and methodological pertinent fundamentation to this article, since we have worked with representation and social values.

**Key-words:** Cronicle; Infante D. Henrique; historiography; representation; Zurara.

### Introdução

No seguinte trabalho foi realizado uma análise da Crônica da Tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara. Assim sendo, o recorte temporal e o tema geral foram o início da Expansão Atlântica Portuguesa na primeira metade do século XV, suas estratégias políticas, meios de legitimação, e principalmente, como os valores que estavam em vigor na nobreza foram representados na figura do Infante D. Henrique na citada obra de Zurara.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi necessário o uso de fontes históricas, as quais foram: o Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa),<sup>1</sup> escrito entre 1423 e 1438 pelo rei português D. Duarte; e a Crônica da Tomada de Ceuta,<sup>2</sup> escrita entre 1449-50 por Gomes Eanes de Zurara. Segue-se abaixo

\* Graduado em História; bolsista do CNPq 2005-2006; vinculado ao Núcleo de Estudos Mediterrâneos da UFPR; orientadora Fátima Regina Fernandes, pesquisadora do CNPq e professora do Departamento de História da UFPR.

<sup>1</sup> D. DUARTE. Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa). Edição diplomática. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

<sup>2</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. Crônica da Tomada de Ceuta. S/e. Sintra: Publicações Europa-América, 1992.

uma breve apresentação dos autores e dos documentos.

D. Duarte (1391-1438) era filho do rei D. João I de Avis (1385-1433), sendo seu sucessor de 1433 a 1438. Antes de ser monarca D. Duarte esteve diretamente ligado aos feitos da conquista de Ceuta e aos planos de manutenção dessa praça. Uma de suas obras é o Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte, uma fonte narrativa contemporânea aos fatos que narra, pois é uma coletânea das memórias que D. Duarte redigiu ao longo de sua vida.

Esse documento é composto de 97 capítulos, onde se encontram discussões sobre assuntos políticos, militares, econômicos, sociais, culturais e religiosos. No entanto, só foram utilizados os trechos que trataram sobre a guerra contra os mouros e, principalmente, dos valores e virtudes cristãs que permeavam a nobreza do contexto no qual estava inserido D. Henrique. Destacam-se os capítulos 6, 8, 9, 10, 11, 20, 21, 22 e 52. Ao trabalhar com esses capítulos do Livro da Cartuxa, foram expostos as dúvidas e os conflitos de interesses dentro da monarquia portuguesa que determinaram a continuidade do movimento expansionista e de luta contra o “infiel” no Marrocos após a conquista de Ceuta (1415), que teve como consequência direta o desastre de Tânger (1437).

Já o cronista Gomes Eanes de Zurara, nasceu na década de 1410, pouco antes do feito de Ceuta, e morreu cerca de 1473. Foi cronista-mor e guarda-mor da Torre do Tombo desde 1454, após Fernão Lopes. Em suas obras procurou exaltar e lembrar as glórias e feitos exemplares dos nobres portugueses. Zurara é considerado o primeiro “historiador” oficial dos descobrimentos.

A primeira obra oficial desse cronista foi a Crônica da Tomada de Ceuta, que narra a conquista dessa praça marroquina, um dos feitos mais importantes no reinado de D. João I. Essa narrativa é composta de 105 capítulos, tendo sido terminada em 1450. Foram esboçados dentro de seu momento redacional quais os aspectos e pessoas destacados pelo cronista, e buscou-se compreender porque Zurara deu mais atenção a certos elementos e individualidades desse contexto, com destaque ao Infante D. Henrique.

Para isso, buscou-se descortinar os interesses que permearam a produção da Crônica da Tomada de Ceuta e qual a ligação entre Zurara e o Infante D. Henrique. Primeiramente, foi questionado porque D. Henrique foi o escolhido para representar a figura heróica de destaque na narrativa. Em seguida, buscou-se definir como a figura de D. Henrique foi construída por Zurara e representou os valores que permeavam o imaginário da nobreza, além de como estes valores tiveram influência nas ações portuguesas no início da expansão lusa e na guerra contra o mouro.

Nota-se que a questão de maior importância proposta nesse trabalho diz respeito à construção acerca da imagem do Infante D. Henrique, que foi um personagem de grande destaque na Crônica, principalmente, no momento da batalha contra os mouros defensores de Ceuta. Por essa e outras razões, levantou-se a hipótese de ele ser o personagem principal dessa Crônica, e não o rei D. João I. No decorrer da narrativa se nota a construção de um perfil cavaleiresco para D. Henrique, sendo sua primeira representação oficial, que, séculos depois, se tornaria o Navegador.

### 1. Revisão Bibliográfica

O método historiográfico escolhido para o desenvolvimento do seguinte trabalho, é condizente a problemática de discutir e expor os aspectos culturais, os valores vigentes na sociedade portuguesa do século XV, e a exposição desses pelo cronista Zurara na representação que construiu sobre D. Henrique. Como o foco foi sobre essa representação, expor-se-á a opinião de alguns autores sobre a questão da representação. Malerba<sup>3</sup> a apresentou sob a ótica de Norbert Elias, onde o último propõe um conceito que se esquia do entendimento maniqueísta de mundo real versus mundo representado, ou seja, são dois mundos que se imbricam, contribuindo para uma análise das representações culturais e políticas, que no caso da Crônica de Zurara se cruzam organicamente.

Isso porque os valores expostos por Zurara, mesmo que não praticados cotidianamente pelos nobres e pela sociedade portuguesa, permeavam seu imaginário e definiam seu comportamento. As representações do ideário cristão e seus valores regulavam a sociedade, e pesavam ainda mais sobre os nobres que deveriam exercer o papel do cavaleiro cristão, aquele que deveria lutar em nome de Deus, a favor da justiça, e contra os inimigos da “verdadeira fé”.

<sup>3</sup> MALERBA, Jurandir. Para uma teoria simbólica: conexões entre Elias e Bourdieu. In.: CARDOSO, Ciro Flamaryon; e, MALERBA, Jurandir. Representações: contribuição a um debate transdisciplinar. S/e. Campinas: Papirus, 2000.

Da bibliografia mais especializada sobre a Expansão Portuguesa, foram utilizados autores clássicos e atuais. Um deles é Jaime Cortesão, que escreveu na primeira metade do século XX, e buscou os traços essenciais que marcaram o fenômeno dos Descobrimentos,<sup>4</sup> explicando a expansão como resultado do crescimento comercial do fim da Idade Média. Por outro lado, também associou o caráter religioso aos fatores econômicos, e forneceu uma análise política da Revolução de Avis como um dos fatores responsáveis na formação da origem nacional e centralização do reino, que facilitou o início da expansão. Esse autor chamou atenção à conquista de Ceuta, destacando seu papel estratégico, militar e econômico, ajustado ao suposto interesse luso pelo trigo daquela região. Também viu na conquista de Ceuta o primeiro passo de um projeto português já definido: chegar ao Oriente. E para o autor D. Henrique foi mais um regulador da expansão do que um conquistador.

Outra obra clássica utilizada foi *Os Descobrimentos e a economia mundial*, de Vitorino Magalhães Godinho. Nessa obra o autor preocupou-se em destacar o papel dos fatores econômicos na gênese da expansão ultramarina, centrando-se na análise das estruturas ao longo dos séculos XV e XVI.<sup>5</sup> Godinho ressaltou o caráter moderno da expansão portuguesa, mas não excluiu a contradição existente nesse processo: as tradições medievais em oposição às orientações mercantis, notadas em um tipo social híbrido, denominado por Godinho como “cavaleiro-mercador”. E, ao abordar a conquista de Ceuta, diferente da opinião de Cortesão, Godinho observou que não bastava como justificativa o objetivo de abastecer o reino de trigo, pois se tratava de uma questão muito mais complexa, uma vez que o cultivo de trigo era mais desenvolvido noutras regiões do Marrocos.

Como contraponto a essas leituras clássicas, há a leitura de Luís Filipe Thomaz. Utilizou-se aqui parte de seu livro *De Ceuta a Timor*, que se destaca por sua abordagem da história política. Em relação à tradicional afirmação de que a expansão marítima foi resultado do desenvolvimento do comércio europeu, Thomaz recomendou aos leitores desconfiarem do nexo de causalidade direta entre a expansão lusa e a expansão do comércio europeu.<sup>6</sup> Por isso, deve-se procurar definir as particularidades do caso português, como também as características comuns ao restante da Europa.

Para Thomaz, Marrocos interessava fundamentalmente à nobreza militar que lá encontraria pilhagens, prêmios e cargos, ou seja, interesses vinculados à realidade medieval<sup>7</sup>. Isso é acentuado pelo fato da classe mercantil portuguesa, ter sido quem arcou com os pesados tributos destinados aos financiamentos necessários das primeiras conquistas portuguesas fora da Península Ibérica.

Ele também é contrário à justificativa do trigo de Ceuta como outro elemento de incentivo a conquista, já que o celeiro de trigo localizava-se ao sul do Marrocos. Mas, sua crítica mais forte recaiu sobre a explicação teleológica de Antônio Sérgio e Jaime Cortesão do “plano das Índias”, pois esses autores reforçaram uma definição precoce dos objetivos portugueses, que segundo eles almejavam alcançar um espaço geográfico ainda desconhecido no início dos quatrocentos.

Thomaz também chamou a atenção para duas tendências no reino português: a Ibérica, que estava diretamente vinculada aos interesses da nobreza portuguesa em Granada; e a Atlântica, que tinha seus principais interesses no norte da África, e posteriormente, nas Ilhas Atlânticas. O que diferenciava essas duas tendências era a política defendida por seus representantes frente a Coroa. Enquanto a tendência Ibérica era voltada para o continente, apoiando o estreitamento dos laços com Castela e a possibilidade da conquista de Granada, a tendência Atlântica foi caracterizada pelos interesses num alargamento das relações portuguesas com a Inglaterra e Flandres.

Já Charles R. Boxer, historiador inglês, produziu livros dentro da temática abordada desde os anos 1930 até a década de 1980. Estando distante dos conflitos de ordem nacionalista que envolvia muitos historiadores lusos de seu tempo, percebeu dificuldade em isolar as razões da expansão marítima, optando por apresentá-las sem hierarquia, sugerindo antes uma imbricação de fatores religiosos, econômicos, estratégicos e políticos não hierarquizados.<sup>8</sup>

Em seu livro *Império colonial português (1415-1825)*, Boxer propôs explicar o paradoxo histórico de como um país pouco povoado, desprovido de uma frota importante e de uma praça comercial de primeiro

<sup>4</sup> CORTESÃO, Jaime. Obras completas 1 e 2 – Os Descobrimentos Portugueses I e II. S/e. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990. (original de 1958-60).

<sup>5</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. Os descobrimentos e a economia mundial. 2a edição. Lisboa: Editorial Presença, 1981-1985, vol. 1, p. 07.

<sup>6</sup> THOMAZ, Luís Filipe F. R. De Ceuta a Timor. 2ª ed. Lisboa: Difel, 1994, p 3-15.

<sup>7</sup> Id. Ibidem, p. 64.

<sup>8</sup> BOXER, Charles R. Império colonial português (1415-1825). S/e. Lisboa: Edições 70, 1977, p. 41.

plano, manteve um vasto império por tanto tempo. O que interessa na obra de Boxer no presente trabalho é sua análise do momento inicial da expansão lusa, marcada pela conquista de Ceuta, que deu a base para a construção do futuro Império português.

Também foi utilizado o primeiro volume de *A fundação do Império Português 1415-1580*,<sup>9</sup> onde Bailey W. Diffie e George D. Winius elaboraram uma síntese do primeiro momento da expansão marítima portuguesa. Nesse trabalho os autores não se aprofundaram na discussão historiográfica, pois preferiram trabalhar diretamente com as fontes.

Na continuação, o texto de Fátima Regina Fernandes tem destaque no corrente trabalho, pois aborda as continuidades e mudanças<sup>10</sup> decorrentes da crise dinástica no final do século XIV, fim da dinastia de Borgonha e ascensão de Avis. Nesse contexto, a autora deu destaque à mudança dos líderes de linhagens. Essa ascensão dos segundos filhos da nobreza portuguesa se desenrolou junto aos conflitos internos do reino, que posteriormente influenciaram na crise sucessória após a morte de D. Duarte (1438), como também no período da regência do Infante D. Pedro (1439-1448).

Em *Portugal en el Mundo*, de Joaquim V. Serrão, nota-se uma abordagem da expansão portuguesa e de sua política internacional. Entretanto, o destaque desse livro é a afirmação de um prematuro caráter nacional do reino e do movimento ultramarino português. A posição de Serrão em relação à expansão marítima portuguesa é que as raízes deste movimento já estavam postas no período da Reconquista Cristã, mas só frutificaram depois da crise política de 1383-1385 e da paz firmada com Castela em 1411.<sup>11</sup> Segundo Serrão, sem assegurar a paz com o reino vizinho e conformar uma forte coesão interna, não seria possível Portugal lançar-se na aventura atlântica.

## 2. Da conquista de Ceuta ao pós-Alfarrobeira

Para a continuidade do trabalho a contextualização se fez necessária. Um aspecto a ser destacado na definição contextual é a pressão social interna em Portugal, tanto da nobreza (pressão que variava conforme os interesses das facções nobiliárquicas)<sup>12</sup> como dos Concelhos Municipais. Esse fator ajudava no desenvolvimento ou entrave do movimento ultramarino, que dependia da soma de interesses dominantes e não unicamente da Coroa.<sup>13</sup>

Também foram abordadas as relações portuguesas com os povos do Atlântico Norte e mediterrânicos, como também as relações de Portugal com os reinos ibéricos, destacando as pressões castelhanas. Observar as relações diplomáticas leva o leitor a pensar o espaço da expansão portuguesa, e notar a mudança da estratégia de Portugal, que redirecionou seu objetivo da Península Ibérica para o Atlântico. Além disso, foram averiguadas as dúvidas presentes na partida para Ceuta, e como essas influenciaram o repensar da continuidade do Movimento Ultramarino.

Segundo Joaquim V. Serrão, após a definição das fronteiras portuguesa na Península Ibérica do século XIII, o reino luso não conquistou mais territórios no período que se convencionou chamar de “Reconquista Cristã”.<sup>14</sup> Essa luta contra os “infiéis” foi à tônica ideológica da Baixa Idade Média luso-espanhola, e permaneceu arraigada na mentalidade da nobreza para além do medievo. Depois desse precoce estabelecimento das fronteiras de Portugal, a Coroa portuguesa se defrontou com vários problemas inter-relacionados: como fazer frente às pretensões castelhanas de anexação dos territórios portugueses; a continuidade da expansão em seguida da Reconquista já finalizada por Portugal; e a constante pressão da nobreza que buscava sua legitimação e mercês.<sup>15</sup>

A necessidade de resolver esses problemas é multiplicada após a morte de D. Fernando de Borgonha, rei de Portugal até 1383, ao qual sucedeu-se uma crise dinástica. Isso porque sua única herdeira, D. Beatriz, era

<sup>9</sup> DIFFIE, Bailey W., e WINIUS, Gerge D. A fundação do Império Português 1415-1508. V. I. Lisboa: Vega, 1993.

<sup>10</sup> FERNANDES, Fátima R. A participação da nobreza na expansão ultramarina portuguesa. In.: Revista de Estudos Ibero Americanos. Ed. Especial: Brasil 500 anos. Porto Alegre, PUC/RS, 2000, p. 119.

<sup>11</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Portugal en el Mundo – un itinerario de dimensión universal. 1º edición, Madrid: Editorial Mapfre, 1992, p. 57-8.

<sup>12</sup> Já na década de 1430, sobre os interesses divergentes dos nobres lusos em torno da guerra contra os “infiéis” na Península Ibérica ou no Marrocos, ver os capítulos 6, 8, 9, 10, 11, 20 e 22, de D. DUARTE. Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte. Op. Cit.

<sup>13</sup> Como afirma Thomaz: “(...) as soluções adoptadas pelos Portugueses (...) foram fruto de uma sucessão de compromissos, mais do que da concretização de um plano preconcebido”. THOMAZ, Luís Filipe F. R. Op. Cit., p. 205.

<sup>14</sup> SERRÃO, J. V. Portugal en el Mundo. Op. Cit., p. 58.

<sup>15</sup> FERNANDES, Op. Cit., p. 116.

casada com D. João I, rei de Castela, que ameaçava a autonomia lusa por ter pretensões à Coroa portuguesa. No entanto, houve uma alternativa frente à anexação de Portugal por Castela: D. João (1357-1433), o Mestre de Avis, irmão ilegítimo do falecido rei D. Fernando.<sup>16</sup>

Esse período é considerado um momento de mutação na estrutura social lusa, já que a nobreza tradicional perdeu seus direitos e senhorios ao apoiar a invasão de Castela, e foi substituída pelos filhos segundos das casas senhoriais.<sup>17</sup> Essa invasão foi frustrada com a derrota definitiva dos castelhanos na batalha de Aljubarrota, em 14 de agosto de 1385.

Notou-se que uma gama de interesses, principalmente as aquisições de privilégios por parte da nobreza, foram determinantes no que se refere à ascensão da nova dinastia portuguesa. Somado a isso, também se observou que diferente do que ocorria até então, o primeiro rei de Avis casou com uma nobre inglesa, Dona Filipa de Lencastre, firmando uma aliança fora do âmbito ibérico. Com isso, os ingleses apoiaram a nova dinastia lusa, fazendo frente à ameaça castelhano-francesa. Embora parte da historiografia tenha construído a idéia de que D. João I foi “colocado” no poder por uma insurreição popular e burguesa, se constatou que, foi o apoio da segunda nobreza que finalizou e definiu a ascensão da dinastia de Avis em Portugal no ano de 1385.

No que diz respeito à instabilidade política da Península Ibérica, apesar do contrato provisório de paz assinado em 1411, Portugal e Castela continuavam em constante tensão. Isso determinou as ações da coroa portuguesa no movimento de expansão, como uma saída preventiva<sup>18</sup> à anexação por Castela, além de cercar suas pretensões sobre os territórios no ultramar.

Para que houvesse resistência portuguesa, e sua reafirmação como um reino independente frente à Castela, foram necessários um grande feito e uma base ideológica – como a fé, a honra e o proveito – que incentivasse a participação da maioria dos nobres portugueses.<sup>19</sup> A expansão para além da Península Ibérica foi uma das estratégias utilizadas, e objetivava convergir os interesses<sup>20</sup> da nobreza lusa, até então mergulhada em conflitos internos.

Esses fatores caracterizaram um “período de transição”, onde a política de centralização foi acompanhada pela necessidade da manutenção do papel da nobreza guerreira. Segundo Fátima Fernandes, existiu uma dialética de continuidade/mudança<sup>21</sup> na política régia desse período. Continuidade no sentido de manutenção da tradicional estrutura social lusa, marcada pela política senhorial. Entretanto, com a ascensão da dinastia de Avis, essa política senhorial foi balanceada por uma mudança na base de apoio da monarquia, quando as municipalidades favorecidas se aproximaram do monarca. O apoio dos nobres e das municipalidades facilitou o direcionamento dos diversos interesses existentes em Portugal e, conseqüentemente, das ações régias. Assim, pode-se concluir que a partida para o além-mar foi movida, entre outros fatores, por necessidades senhoriais, sendo conduzida por reis que buscavam a centralização do poder, e financiada involuntariamente pelo Terceiro Estado<sup>22</sup> que não era isento das taxas como os nobres e o clero.

Essa política colocada em prática pelos monarcas de Avis, D. João I e D. Duarte, e também pelo regente D. Pedro, pode ser chamada de “dinâmica” frente a tradicional política senhorial empreendida em Portugal nos quatrocentos, já que a primeira se destinava à centralização do poder real, enquanto a segunda dificultava a tentativa de centralizar e melhor governar o reino. Assim, no reinado de D. João I e subseqüentes, nobres emergentes esperavam concessões e privilégios,<sup>23</sup> e pela falta de possibilidade da guerra no continente por conta da paz com Castela, a maioria da nobreza apoiou a idéia de combater os mouros no norte da África. Dessa maneira, tentou-se pôr para fora de Portugal os conflitos senhoriais ao criar oportunidades de satisfazer e justificar o papel dos nobres, amenizando as disputas e esboçando uma centralização do poder régio.

Em meio a este ambiente, a estratégia a ser seguida configurou-se na luta por Granada ou Ceuta. Como Castela já tinha o reino de Granada em sujeição e considerava sua prerrogativa conquistá-lo, a opção portuguesa foi Ceuta. Esse movimento contra uma praça marroquina, inicialmente não contou com a unanimidade das forças sócio-políticas portuguesas.<sup>24</sup> Essa disparidade pode ser notada tanto na classe mercantil, relacionada

<sup>16</sup> SERRÃO, J. V. História de Portugal. V. I – Estado, Pátria e Nação (1080-1415). 3ª edição, s/l: Editorial Verbo, 1979, p. 296 e 305-306.

<sup>17</sup> FERNANDES, Op. Cit., p. 107.

<sup>18</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A economia política dos descobrimentos. In: NOVAES, Adauto (Org.). A descoberta do homem e do mundo. S/e. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 193.

<sup>19</sup> SANTOS, João Marinho dos. A expansão pela espada e pela cruz. In: NOVAES, Adauto (Org.). Op. Cit., p. 150.

<sup>20</sup> Interesses da grande nobreza.

<sup>21</sup> FERNANDES, Op. Cit., p. 119.

<sup>22</sup> Principal setor tributado para cobrir as despesas das empreitadas no ultramar.

<sup>23</sup> SERRÃO, J. V. História de Portugal. V. II – A formação do Estado Moderno (1415-1495). 3ª edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1º de Março de 1980, p. 152-154.

aos financiamentos forçados para manter a expansão, como também na nobreza, dividida entre a guerra no Marrocos ou a possibilidade da conquista de Granada após uma aproximação de Castela.

O interesse por Granada logo no início da Crônica foi descartado por Zurara, que por escrever em 1449-50 já sabia dos acertos entre Portugal e Castela em 1409.<sup>25</sup> Na continuidade da narrativa, após a morte da rainha Filipa, alguns nobres colocaram em questão se seria ou não “serviço de Deus” atacar Ceuta. Mas, a pressão dos Infantes e dos que os apoiavam acabou por determinar o ataque a Ceuta.<sup>26</sup> Caso semelhante foi visto no capítulo LXII, quando alguns falaram a favor do retorno a Portugal, outros tentaram convencer o rei a atacar a cidade de Gibraltar no Reino de Granada, mas, os favoráveis a filhar Ceuta, convenceram o rei a continuar o projeto inicial.

Além desses trechos da primeira Crônica régia de Zurara, também há evidências que comprovam as divergências de interesses entre os nobres através de cartas enviadas aos dois primeiros monarcas da dinastia de Avis, já na década de 1430. Essas cartas e conselhos foram transcritos pelo rei D. Duarte no **Livro da Cartuxa**.

Como se pode notar na leitura dessas, um grande número de nobres, dentre eles o Conde de Arraiolos,<sup>27</sup> o Conde de Barcelos<sup>28</sup> (D. Afonso, filho bastardo de D. João I), Conde de Ourém<sup>29</sup> e outros, eram favoráveis a atacar Granada. Quem esperava “fazer serviço a Deus” com a guerra contra os muçulmanos marroquinos era D. Henrique<sup>30</sup> e D. Fernando. E os que consideravam a guerra contra os “infiéis” de Granada e/ou do Magreb como uma despesa muito cara, eram os infantes D. Pedro e D. João, sendo seu principal apoio os Concelhos Municipais e um pequeno grupo de nobres. Mesmo assim, os partidos favoráveis à guerra contra os mouros foram vitoriosos, e pela falta de possibilidade da guerra no continente por causa da paz com Castela, moveram guerra aos mouros no norte da África, conquistando Ceuta e atacando outras praças posteriormente.

Todavia, para que as viagens iniciais para o ultramar fossem movidas pelos portugueses foi necessário um ajustamento de forças que propiciasse condições favoráveis, das quais se destacaram o advento da dinastia de Avis e a paz com o Reino de Castela em 1411, que foi reafirmada em 1421. Além disso, também houve a necessidade de novas terras para cultivo e o ideal cruzadístico da luta contra o mouro “infiel”. Assim, Marrocos, tido como terra fértil e opulenta, exerceu atração sobre os portugueses, que justificavam a agressão por ser terra de “infiéis”.

Após a morte de D. João I, D. Duarte reinou brevemente (1433-1438), sendo em seu reinado que ocorreu a travessia do Cabo Bojador (1434) e o ataque a Tânger (1437), onde os portugueses foram derrotados e o Infante D. Fernando ficou como refém dos mouros até sua morte, em 1443. Em seguida, com a morte do rei D. Duarte e a menoridade do herdeiro D. Afonso V (1432-1481), houve uma nova divisão das forças do reino: de um lado os Infantes D. Pedro e D. João e a maioria das municipalidades; do outro, a rainha D. Leonor e D. Afonso – então Conde de Barcelos – que lideravam as principais linhagens de Portugal, interessados numa política régia voltada à nobreza.

No ano de 1440, D. Pedro foi eleito regente em detrimento da rainha D. Leonor. Essa regência foi marcada por uma política, como dito acima, mais “dinâmica”. Nesse momento a guerra no Marrocos entrou num período de estagnação até 1458. D. Pedro foi regente até a maioridade de D. Afonso V, que ao assumir o trono em 1448 voltou-se para o partido a nobreza terratenente de Portugal, ou seja, a facção liderada por D. Afonso, já Duque de Bragança. No ano seguinte aconteceu a batalha de Alfarrobeira (1449), na qual o grupo mais “dinâmico” foi vencido pelo tradicional, resultando no reforço do senhorialismo<sup>31</sup> promovido pelo rei D. Afonso V, e também na perseguição e silêncio em torno da Casa do antigo regente D. Pedro.

A partir da leitura da bibliografia percebeu-se que com a soma dos acontecimentos acima, o Infante D. Henrique<sup>32</sup> viu-se impossibilitado de atacar frontalmente o Marrocos, e por isso renovou as viagens para o sul do Bojador em 1441. Desta forma, os homens do Infante D. Henrique, então considerado “coordenador”<sup>33</sup> das viagens para o Ultramar, reproduziram ao sul do Bojador as atividades bélicas desenvolvidas no estreito de

<sup>25</sup> Como se lê a seguir “... porquanto o reino de Grada lhe pareceu (ao rei D. João) mais azado para a guerra que outro algum, fez saber a intenção ao Infante Dom Fernando, porquanto os reis de Castela têm assim aquele reino quase em sojeição, dizendo que é da sua conquista.” ZURARA, Op. Cit., Capítulo VII, p. 54.

<sup>26</sup> Id. Ibidem, Capítulo XLVII e Capítulo XLVIII.

<sup>27</sup> Capítulo 8 – Carta do conde de Arraiolos. In.: D. DUARTE, Op. Cit., p. 56-64.

<sup>28</sup> Capítulo 9 – Conselho do Conde de Barcelos. In.: Id. Ibidem, p. 65-68.

<sup>29</sup> Capítulo 10 – Conselho do Conde d’Ourem. In.: Id. Ib., p. 69-73

<sup>30</sup> Capítulo 20 – Conselho do Infante D. Henrique. In.: Id. Ib., p. 116-120

<sup>31</sup> FERNANDES, Op. Cit., p. 111.

<sup>32</sup> Segundo a historiografia tradicional, o infante D. Henrique – considerado um homem entregue aos ideais de Cruzada – se tornou o grande responsável pelo arranque definitivo da expansão e pela manutenção de Ceuta.

<sup>33</sup> CORTESÃO, Op. Cit.

Gibraltar e no Marrocos. Realizavam ataques rápidos nos quais os territórios eram saqueados “honradamente”. Sem esquecer a “guerra santa”, D. Henrique também “promoveu” a colonização dos arquipélagos de Madeira e Açores e, em 1448, ordenou aos mareantes que comerciassem pacificamente com os habitantes das costas da África.

Existiram diversas razões para que algumas autoridades do reino se interessassem por um movimento para além do Bojador, dentre elas: causas estratégicas<sup>34</sup> e geográficas, políticas e religiosas, econômicas e sociais. Independente da postura contrária por parte da alta nobreza, as viagens de reconhecimento para o sul do continente africano tiveram um impulso maior durante a regência de D. Pedro. Para isso, em 1443, o último concedeu o monopólio dessas rotas em favor de D. Henrique, que controlava as rotas como um senhorio, ganhando prestígio e rendas.

Por conta do interesse de combater os mouros e, no fim de sua vida, por ter incentivado o desenvolvimento da cartografia náutica, muitos historiadores consideraram a hipótese de que D. Henrique tinha a idéia de circundar o continente africano e chegar até à Índia das especiarias. Estudos mais recentes demonstram que, inicialmente, o horizonte geográfico desse príncipe era muito mais limitado, pois além do Magreb só distinguia o legendário reino cristão do Preste João, com o qual esperava firmar uma aliança contra a ameaça muçulmana, o que nunca se concretizou.

Dos territórios mais ao sul chegaram novos produtos que, por interessarem aos europeus, acarretou no alargamento mercantil e econômico português.<sup>35</sup> Com o desenrolar das navegações foram atingidos o Cabo Bojador em 1434, o Rio do Ouro em 1436, início do povoamento do Açores em 1439, Álvaro Fernandes dobrou o Cabo Verde em 1444, Cadamosto descobriu algumas ilhas do Cabo Verde em 1456, e alcançaram Serra Leoa em 1460, ano da morte do Infante D. Henrique.

Após visualizar a contextualização, o leitor pode notar que as condições no território luso foram mutáveis ao longo do século XV.<sup>36</sup> Viu-se que se tornou definitiva a ascensão da nova dinastia, e de uma nobreza que foi a base de seu poder, além de notar o estreitamento das relações entre o rei e o Terceiro Estado, que, mesmo a contragosto, financiou as viagens para o ultramar.

### 3. O Infante D. Henrique e o cronista Gomes Eanes de Zurara

Como pode ser notado na Introdução, Zurara viveu durante os primeiros momentos da expansão ultramarina e quando os conflitos internos marcavam a ascensão de D. Afonso V ao trono português. No início desse reinado, marcado pela batalha de Alfarrobeira (1449), Zurara escreveu sua primeira Crônica por encomenda do monarca, ainda antes de ser nomeado cronista régio.

Segundo Joaquim V. Serrão, Zurara começou a freqüentar a Corte de D. Afonso V cerca de 1446, por sua proximidade do preceptor do monarca, Mateus Pisano,<sup>37</sup> e ajuda de Fernão Lopes. Assim, já em 1449 guardava as escrituras régias no castelo de Lisboa. Além disso, esse pobre filho de cônego foi feito cavaleiro da Ordem de Cristo<sup>38</sup> – governada por D. Henrique –, e também nomeado no ano de 1454 como guardador das escrituras da Torre do Tombo e cronista régio.

Além da **Crônica da Tomada de Ceuta**, Zurara também compôs outras obras, sendo elas: a **Crônica dos Feitos da Guiné** (1452-53); a **Crônica do Conde D. Pedro de Meneses**, que governou a praça de Ceuta entre 1415 a 1437; e a **Crônica de D. Duarte de Meneses**, fronteiro de Alcácer Ceguer no tempo de D. Afonso V. Todas as suas obras tiveram caráter laudatório, enaltecendo os grandes nobres do reino, como o fez com a figura do Infante D. Henrique na **Crônica da Tomada de Ceuta** e na **Crônica da Conquista da Guiné**.<sup>39</sup>

Sobre o Infante D. Henrique, sabe-se que nasceu em 4 de março de 1394, foi o quinto filho de D. João I e Filipa de Lencastre. Como os irmãos, foi criado em um ambiente de grande fé e moral católica, com forte influência da corte inglesa de onde era sua mãe, e também do misticismo e moral militante da cavalaria.

No ano de 1408, com 14 anos, recebeu do rei D. João I Casa à parte com servidores, rendas, fidalgos e escudeiros. Três anos depois, segundo afirmação de Zurara, D. Henrique foi o mais insistente a favor de mover

<sup>34</sup> CAMPOS, Pedro Moacyr & HOLANDA, S. B. de. As etapas dos descobrimentos portugueses. In: HOLANDA, S. B. de. (Dir.). História geral da civilização brasileira. S/e. São Paulo: Difel, 1968, p. 26.

<sup>35</sup> Ver BOXER, Op. Cit., p. 41; GODINHO, Op. Cit., V. 1, p. 07; e, THOMAZ, Op. Cit., p. 64.

<sup>36</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira. Breve História de Portugal. Lisboa: Presença, 1995, p.170.

<sup>37</sup> Humanista de Pisa chamado pelo regente D. Pedro para exercer o papel de preceptor do monarca D. Afonso V. SERRÃO, J. V. Cronistas do Século XV posteriores a Fernão Lopes. 1º ed. Lisboa: ICP/SEIC/MEIC, 1977, p. 38-39.

<sup>38</sup> Título anterior a sua nomeação como cronista régio e guarda da Torre do Tombo em 1454

<sup>39</sup> CIDADE, Ernani, &, SELVAGEM, Carlos. Cultura Portuguesa. V. 2. S/l: Empresa Nacional de Publicidade, s/a, p.

um verdadeiro feito de armas frente aos “infiéis”. Desde então D. Henrique aparece como grande partidário da política militar no Marrocos, influenciado pelo ideal cruzadístico e pela ambição de realizar grandes feitos a “serviço de Deus e do reino”.<sup>40</sup> Na obra de Zurara, o Infante D. Henrique foi o mais valoroso combatente no ataque a Ceuta. Ao retornar a Portugal, ele recebeu o ducado de Viseu e o senhorio de Covilhã, sendo ele e seu irmão D. Pedro, que recebeu o ducado de Coimbra, os primeiros duques de Portugal.

Com a decisão de manter Ceuta como domínio luso, em 1416 D. Henrique recebeu os cargos de vedor e superintendente dos negócios de Ceuta e da defesa marítima da costa algarvia contra a pirataria berbere, e para provê-lo dos recursos necessários para tal feito, D. João I, com anuência do papado, nomeou o Infante D. Henrique governador e regedor da Ordem de Cristo no ano de 1418. No ano seguinte repeliu o cerco mouro contra Ceuta, conseguindo impedir sua perda. Ali ficou algum tempo, levantando informações sobre os domínios muçulmanos no norte da África, para a realização de outra conquista nesse território, o que não vingou naquele momento.<sup>41</sup>

Após a morte de seu pai e o início do reinado de seu irmão D. Duarte, o Infante D. Henrique concentrou seus esforços em um ataque a Tânger, para o qual D. Duarte e parte da alta nobreza foram relutantes, mas aceitaram. As preparações foram feitas ao longo de 1436, e um ano depois foi realizado o ataque sob o comando de D. Henrique. As conseqüências foram à derrota lusa e a permanência do Infante D. Fernando como refém dos mouros. Um ano depois o rei D. Duarte faleceu e, em 1440, o Infante D. Pedro foi levantado regente de Portugal. Nesse momento houve uma pausa aos ataques no Marrocos, mas navegações para o sul da costa africana avançaram, sendo que, em 1442, D. Henrique recebeu do irmão e regente D. Pedro o direito sobre o monopólio das navegações e comércio dos produtos encontrados, o que funcionou como um senhorio marítimo.

Após a ascensão de D. Afonso V ao trono e a batalha de Alfarrobeira, em decorrência da política senhorialista empreendida por esse rei, em meados da década de 1450, foram reanimados os projetos de conquistas no Marrocos. O rei D. Afonso V, que já havia armado homens e uma frota para marchar contra os turcos em Constantinopla, mas por impossibilidade de ir a tal cidade, foi aconselhado por D. Henrique a mudar seus planos e dirigir suas tropas contra a praça de Alcácer-Ceger. Sob o comando de D. Henrique, os lusos conquistaram essa praça em 1458.<sup>42</sup>

Em 13 de novembro de 1460 faleceu o Infante D. Henrique, considerado organizador das empresas lusas no além-mar na primeira metade do século XV, o que não significa que era um mareante e descobridor. Morreu endividado e sem alcançar seu objetivo de cercar e destruir as forças islâmicas. Todavia, deixou uma enorme herança para o reino português, pois organizou e possibilitou, juntamente com o Infante D. Pedro, a abertura de caminhos antes desconhecidos.<sup>43</sup>

Como se pode averiguar, Zurara foi feito cavaleiro e comendador da Ordem de Cristo pelo seu governador, o Infante D. Henrique. O que levou a conclusão de que esses dois personagens tinham relações em comum, na qual o cronista foi favorecido com um cargo importante dentro de uma ordem militar religiosa, enquanto D. Henrique ganhou papel de destaque em um dos escritos mais importantes do período, o que lhe aumentou seu prestígio como cavaleiro cristão português. Outro fator importante que justificou Zurara ter exaltado D. Henrique, também foi o fato desse Infante ser uma das últimas testemunhas vivas e sãs que foram consultadas pelo cronista.<sup>44</sup> Isso justificaria a omissão de Zurara quanto às ações de outros personagens, como também o destaque que deu aos feitos desse príncipe português.

### 4. Possíveis análises sobre a Crônica da Tomada de Ceuta

A **Crônica da Tomada de Ceuta** é o relato oficial do ataque à dita praça marroquina. Tal Crônica foi iniciada em 1449 e terminada no ano seguinte, ou seja, 35 anos após a conquista de Ceuta. Como se pode notar, essa obra contém um discurso legitimador da política expansionista portuguesa empreendida após a conquista de Ceuta e um elogio a grandes nobres do reino, dos quais o Infante D. Henrique foi especialmente destacado.

Zurara justificou a falta de alguns fatos no relato, pois “nós (o autor) começamos de escrever trinta e quatro

<sup>40</sup> SERRÃO, J. V. Portugal en el Mundo. Op. Cit., p. 65.

<sup>41</sup> Id. Ib., p. 67.

<sup>42</sup> MARQUES, Op. Cit., p. 125.

<sup>43</sup> SERRÃO, J. V. Portugal en el Mundo. Op. Cit., p. 70.

<sup>44</sup> ZURARA, Op. Cit. Capítulo II, p. 43..

<sup>45</sup> Id. Ibidem, Capítulo II, p. 43.

anos depois da sua tomada<sup>45</sup> e a maioria das pessoas que participaram do ataque a praça de Ceuta já haviam falecido. Mas, no último parágrafo da página 43, afirmou que o Infante D. Henrique colaborou com ele ao relatar suas memórias. E, no capítulo III, o cronista novamente falou do atraso no escrever a Crônica, já encomendada pelo rei D. Duarte a Fernão Lopes, mas que foi repassada a Gomes Eanes de Zurara pelo rei D. Afonso V, como se vê a seguir:

“(…) e porquanto o mui alto e mui excelente Príncipe e senhor el-Rei Dom Afonso, o quinto, ao tempo que primeiramente começou de governar seus reinos soube como os feitos de seu avô ficavam por acabar, considerando como o tempo escorregava cada vez mais (...) porém mandou a mim, Gomes Eanes de Zurara, seu criado, que me trabalhasse de as ajuntar e escrever per tal guisa, que, ao tempo que se houvessem de ordenar em crônica, fossem achadas sem falecimento (...)”<sup>46</sup>

Nesse trecho foi mostrado ao leitor que D. Afonso V encomendou a Zurara escrever sobre a conquista de Ceuta, ou seja, uma encomenda régia para a manutenção da lembrança dos feitos portugueses e seus protagonistas. Esse estilo narrativo era padrão nas Crônicas oficiais, onde eram enaltecidos figuras de destaque e seus grandiosos feitos. Zurara fez uma lista dos principais nobres que acompanharam o rei D. João I e seus filhos na realização do ataque e conquista de Ceuta.<sup>47</sup>

Desta forma, o objetivo dessa narrativa pode ser notado na retórica do estilo cronístico, onde o autor enalteceu D. João I, a cidade de Ceuta e o feito de sua conquista pelos portugueses. Conquista que, segundo o cronista, foi realizada por Fé e teve como recompensa o proveito tirado da vitória. Por conseguinte, a guerra feita pela “vontade de Deus” contra o “infel” acarretou na conquista de uma praça marroquina muçulmana, onde se acreditava ter riquezas e oportunidades.<sup>48</sup>

Observou-se na conclusão, quando Zurara agradeceu a Deus por ter terminado seu trabalho em louvor de tão grande Rei e nobres portugueses, o cronista nomeou os protagonistas que tomaram parte naquela empreitada, agradecendo o falecido rei D. Duarte e o ainda vivo Infante D. Henrique, respectivamente, pai e tio de D. Afonso V.<sup>49</sup> O cronista também fez um pedido para que os cristãos não se esquecessem do grande favor prestado a Deus pelos lusos, pois foram eles os primeiros cristãos a conquistar uma praça marroquina após séculos de domínio islâmico naquela região. Nessa obra também se encontra, representado por Zurara, a descrição da cidade, uma curta história de sua fundação, a atenção ao seu valor comercial e estratégico, as razões que levaram à execução da façanha, a forma de conquista e a determinação de mantê-la, além da representação dos heróis e seus feitos naquela empreitada, tendo o último aspecto grande destaque.

Nomes como o Infante D. Henrique, o herdeiro D. Duarte, Conde D. Pedro de Meneses, e outros nobres, foram exaltados por Zurara por realizarem serviços em nome de Deus, do rei, e de sua própria honra. Nesse sentido, apontou-se na Crônica onde o pivô das ações portuguesas foi D. Henrique, dentre as quais, ter sido nomeado o principal capitão dos primeiros homens a filharem terra por D. João I, e, conseqüentemente, ter sido um dos primeiros a se bater contra os “infiéis”.<sup>50</sup>

Em relação a D. João I, dos 105 capítulos da Crônica somente na primeira metade a figura desse monarca teve destaque, mas competindo com a atenção que o autor despendeu aos Infantes (D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique). Geralmente o papel do rei nessa Crônica foi na constante convocação do Conselho. Assim, D. João foi representado por Zurara como um governante ciente da necessidade do apoio da nobreza para a governação do reino e decisões de guerra.<sup>51</sup>

Um exemplo da atitude conciliativa do rei está no capítulo LXII, onde Zurara narrou o Conselho que o rei teve após a primeira tentativa de aportar em Ceuta. Como afirmou Zurara na página 204, “foi o conselho partido em três partes ss. uns disseram que era bem todavia tornar a Ceuta; outros disseram que filhassem Gibraltar; outros que se tornassem para Portugal.” E no parágrafo seguinte, “dos que eram em conselho de filharem Ceuta, principalmente foram os Infantes.” Por fim, a opinião da família régia prevaleceu, e o rei determinou que atacassem Ceuta.

Como se pode notar, o rei não foi um personagem de grande destaque na ação, mas desenvolveu seu papel de intermediador entre os nobres, e quase sempre teve a palavra final nos Conselhos. Isso se constatou até o capítulo LXV, desse capítulo até o capítulo XCIV foi narrado o ataque e conquista de Ceuta, onde o rei

<sup>46</sup> Id. Ib. Capítulo III, p. 44-45.

<sup>47</sup> Id. Ib. Capítulo L, p. 78.

<sup>48</sup> Id. Ib. Capítulo II, p. 41.

<sup>49</sup> Id. Ib. Capítulo CV, p. 294-295.

<sup>50</sup> Id. Ib. Capítulo LXIV, p. 209.

<sup>51</sup> Id. Ib. Capítulo XLVII, p. 170.

aparece como um personagem coadjuvante. Todavia, nesses capítulos, o herdeiro D. Duarte e o Infante D. Henrique, com maior atenção ao segundo, foram os personagens que lideraram as forças lusas no conflito contra os mouros. Assim sendo, o mérito da tomada de Ceuta na narrativa de Zurara recaiu, em sua maioria, sobre D. Henrique, reduzindo o papel de seus irmãos D. Duarte e D. Pedro, além do próprio monarca D. João I.

Essa constatação pode ser notada ao longo da obra de Zurara, mas o capítulo CI da **Crônica da Tomada de Ceuta** a expõe claramente. A cena descrita nesse capítulo tem de entender-se no clima pós-Alfarrobeira, e não no período da conquista da praça mauritana em 1415. Isso porque em decorrência dos conflitos intestinos do reino português, na Corte de D. Afonso V foi manifestado um silêncio em torno do antigo regente D. Pedro. O último e os seus partidários na nobreza foram considerados traidores do rei até 1456, quando houve a reconciliação da família real.<sup>52</sup>

Diz-se que para escrever a **Crônica da Tomada de Ceuta**, Zurara utilizou papéis e anotações deixados por Fernão Lopes. Esse é um dos motivos dos estudiosos dessa Crônica a considerar a terceira parte da **Crônica de Dom João I**, as duas primeiras de Fernão Lopes. O outro motivo, é o fato de Zurara ter narrado um dos principais feitos ocorridos no reinado de D. João I. Assim, partindo de uma pesquisa sobre o cronista Zurara e sua narrativa, esboçou-se uma sugestão de resposta ao questionamento se essa seria, ou não, uma Crônica a respeito da vida e feitos de D. João I. A conclusão a que se chegou é que o personagem principal dessa obra é D. Henrique, e por isso, na Crônica foi analisada a representação do Infante D. Henrique feita por Zurara.

Como escreveu Luís de Albuquerque<sup>53</sup> no **Dicionário de História de Portugal** dirigido por Joel Serrão, depois de seis séculos de construções e representações em torno de D. Henrique, como o ideal do cavaleiro cristão, o herói português, o navegador, e outros, fica difícil desmistificar as construções em torno desse personagem. E, pelo fato do Infante D. Henrique ter grande destaque na obra de Zurara, os leitores da Crônica geralmente têm a idéia de que ele foi o primeiro e o principal homem na empreitada, o inspirador e primeiro guia dos Descobrimientos. Ou seja, ao falar sobre o Infante D. Henrique, logo se lembra da Expansão Ultramarina, e vice-versa.

Enquanto Henrique foi exaltado em demasia, seus irmãos mais velhos, D. Duarte e D. Pedro, não tiveram o mesmo destaque na obra de Zurara. D. Duarte ainda foi exaltado, já D. Pedro teve uma participação ínfima na Crônica. Isso porque, como já dito acima, esses elementos da Crônica têm de entender-se no clima do pós-Alfarrobeira, e não durante a conquista de Ceuta em 1415.

Como pode ser notado na leitura da **Crônica da Tomada de Ceuta**, o personagem do Infante Henrique que Zurara descreveu, de feição idealista e que se destacou na política ultramarina, foi o D. Henrique da fase pós-1440, quando o seu prestígio e feitos fizeram dele a figura de proa da empresa ultramarina portuguesa. Por isso, foi analisada na **Crônica da Tomada de Ceuta** a primeira construção de um perfil para D. Henrique.

Para isso, foram expostos os valores cristãos e cavaleirescos que permearam essa Crônica, onde se buscou averiguar quais deles podem ser notados na representação do Infante D. Henrique. Trabalho semelhante foi feito com o **Livro da Cartuxa** de D. Duarte, com ênfase na análise do capítulo 21, que tem como título “Conselho espeçial que el rey noso senhor deu ao ifante dom anrique quando se partio com a armada que foy sobre Tanjer”.

Segundo Zurara, há dois caminhos a serem seguidos: o da virtude e o da deleitação (capítulo XLVI). O segundo nos levaria direto ao Inferno, enquanto o primeiro definiria o bom e verdadeiro homem que iria para junto de Deus e dos Santos, além de alcançar a honra entre os homens. Já os valores que definiriam o caminho da virtude eram sete, divididas entre os cardeais e teologais.

Os Cardeais pertenciam ao encaminhamento da bem ordenada vida, e eram: a Justiça, a Prudência, a Temperança e a Fortaleza. Já os Teologais pertenciam inteiramente à alma, e fariam parte dessas: a Fé, a Caridade e a Piedade. As virtudes cavaleirescas eram ligadas às cristãs, mas eram diferenciadas em suas práticas: a Contenção, a Lealdade, a Honra, a Determinação, a Grande e Boa Vontade de Coração, o Valor do sangue, a Coragem, a Liderança, a Discrção.

Dessas, algumas apareceram pouco e outras muito. As de maior destaque na obra de Zurara foram às ligadas aos feitos de guerra, ou seja, valores que o cavaleiro ideal deveria ter. E, ao longo da Crônica, prestando atenção a determinados trechos, pode-se averiguar que a figura do Infante D. Henrique teve destaque como o

<sup>52</sup> SERRÃO, J. V. História de Portugal. V. II. Op.Cit., p. 80.

<sup>53</sup> SERRÃO, Joel (dir.) Dicionário de História de Portugal. S/e. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984, p. 195-198.

<sup>54</sup> ZURARA, Op. Cit. Capítulos II e XXIII, pp. 43 e 10.

cavaleiro cristão ideal, e dentre as suas virtudes que mais apareceram: duas vezes “vantagem de realeza”<sup>54</sup>; quatro vezes “honra”<sup>55</sup> e “fortaleza”<sup>56</sup>; seis vezes “fé, serviço de Deus, luta contra os “infiéis”<sup>57</sup>, “boa vontade”<sup>58</sup>, “coragem”<sup>59</sup>, “liderança”<sup>60</sup> e “lealdade”<sup>61</sup>; oito vezes “disposto aos feitos do corpo e da cavalaria”<sup>62</sup>.

Assim pode-se concluir, como já afirmado acima, que dentre as virtudes de D. Henrique destacadas por Zurara em sua obra, as que tiveram maior ocorrência foram as que trataram dos feitos de guerra; da fé; da boa vontade na realização de feitos que honrassem Deus, o rei, e o seu próprio nome; da coragem frente aos inimigos e aos grandes perigos; da liderança em horas decisivas; mas também, da lealdade e obediência ao rei e a seu irmão e herdeiro. Virtudes essas que Zurara afirmou ser de todos os homens cristãos honrados, mas que eram destacadas em D. Henrique.

Já no capítulo 21 do **Livro da Cartuxa**, escrito pelo rei D. Duarte a seu irmão D. Henrique, pode-se notar que era um conselho de como proceder no cerco e ataque à praça marroquina de Tânger. Esta carta é datada de 10 de setembro de 1437, pouco antes das forças portuguesas lideradas pelo Infante D. Henrique se dirigirem para a região marroquina. O que foi encontrado nesse capítulo, além de conselhos estratégicos, foram conselhos sobre como se portar frente aos cristãos e aos mouros. Assim, D. Henrique foi aconselhado por seu irmão a proceder com justiça e verdade, mantendo uma atitude que não se distanciava da justiça e vontade de Deus.<sup>63</sup>

Deveria manter a esperança em Deus, e ao obter o proveito, sempre o fazer com justiça. Ser bom e prover os bons servidores, recompensando sua lealdade discretamente.<sup>64</sup> Realizar todos os feitos com perfeição, com a graça e vontade de Deus, e que fizessem seu serviço honradamente, pois as forças lideradas por D. Henrique foram armadas por mando e serviço de Deus.<sup>65</sup> Dessa forma, os homens deviam lealdade a Deus, a D. Henrique – que representava o rei –, e a todos os capitães. Os feitos deveriam ser realizados com esforço e fortaleza, por mais adversas que fossem as circunstâncias, pois eram serviços para Deus e para o rei D. Duarte, manter e se esforçar no bom propósito do grande feito de luta contra os mouros e conquista de uma cidade islâmica.<sup>66</sup>

Aconselhou a todos os homens a serem piedosos uns com os outros, perdendo uma injúria antiga e não colocando sua própria honra acima da vontade de Deus e honra do rei.<sup>67</sup> Assim, a luta feita por Deus contra os infiéis era justa e bem feita, mas não a inimizade entre cristãos. E além da piedade com os outros, também deveriam agir com misericórdia, principalmente no que envolvesse mulheres, moços e os cativos que não representassem ameaça, não matando indiscriminadamente. Isso porque Deus não quer a morte do pecador, mas sua conversão.<sup>68</sup> Para isso, todos deveriam realizar e suportar seus feitos com valentia e coragem, e também ter cuidado com o que chamavam de virtude da castidade, que agradava a Deus.<sup>69</sup>

As virtudes citadas e aconselhadas por D. Duarte a seu irmão D. Henrique eram constituintes de uma moral cristã que permeava a cultura ibérica da época e, conseqüentemente, a mentalidade dos nobres portugueses, ao menos como um ideal a ser seguido, mesmo que não fosse cotidianamente praticado.

O principal representante dessas virtudes na **Crônica da Tomada de Ceuta** foi o Infante D. Henrique. Até o capítulo LXI as virtudes que foram destacadas eram mais ordeiras e não os valores do cavaleiro e guerreiro cristão. A partir do capítulo citado acima, as virtudes destacadas foram às ligadas a uma atitude guerreira. Alcançar e demonstrar tais virtudes na Cruzada, de preferência contra os mouros era o ideal da cavalaria ainda no quatrocentos. No **Livro da Cartuxa** os conselhos dirigidos pelo monarca D. Duarte eram para o mesmo D. Henrique, o qual é ressaltado como bom homem, grande nobre de Portugal, e valoroso cavaleiro cristão.

Como se pode notar em ambas as fontes, os valores que se destacaram sempre eram ligados à fé, pois

<sup>55</sup> Id. Ib. Capítulos XV, LXXVI, LXXVIII e LXXXV, pp. 78, 233, 236 e 251.

<sup>56</sup> Id. Ib. Capítulos XXV, LXXVIII e LXXX, pp. 104-105, 236, 237 e 240.

<sup>57</sup> Id. Ibidem, Capítulos XIII, XIV, LXIX, LXXVIII, LXXX e LXXXI, pp. 74, 218, 236, 240 e 243.

<sup>58</sup> Id. Ib. Capítulos XV, XLI, LXIX, LXXV, LXXVIII e LXXXI, pp. 78, 154, 218, 232, 236 e 243.

<sup>59</sup> Id. Ib. Capítulos XXV, LXVI, LXXVIII e LXXX, pp. 104-105, 212, 236-237 e 240.

<sup>60</sup> Id. Ib. Capítulos XXV, LXVI, LXXIII, LXXVIII e C, pp. 137, 212, 228, 236 e 283.

<sup>61</sup> Id. Ib. Capítulos XXXIX, LXVI, LXVI, LXXIII, LXXVIII e C, pp. 150, 212, 228, 236 e 283.

<sup>62</sup> Id. Ib. Capítulos XV, XXV, XXXV, XLIX, LXVI, LXXV, LXXX e LXXXI, pp. 78, 104-105, 137, 176, 212, 232, 240 e 242.

<sup>63</sup> D. DUARTE. Op. Cit., p. 121.

<sup>64</sup> Id. Ibidem, p. 122.

<sup>65</sup> Id. Ib., p. 123.

<sup>66</sup> Id. Ib., p. 124.

<sup>67</sup> Id. Ib., p. 125.

<sup>68</sup> Id. Ib., p. 128.

<sup>69</sup> Id. Ib., p. 132.

até as virtudes guerreiras do cavaleiro cristão eram permeadas pela “vontade de Deus”. As idéias e valores cristãos expostos nesses textos podem ser notados em outras fontes, principalmente aquelas que tratam da cavalaria cristã. Destas pode-se citar o **Livro del Orden de Caballeria** de Ramón Llull, no qual esse homem do século XIII traçou o perfil do cavaleiro cristão ibérico, destacando a perspectiva cruzadística, expansionista e guerreira.

Segundo foi visto no texto<sup>70</sup> de Ricardo da Costa, o pensamento e a obra de Ramón Llull permite analisar a visão cristã da cavalaria peninsular diretamente envolvida no contato com o “outro”: o muçulmano. Pode-se notar isso nas duas fontes utilizadas para a construção desse trabalho, mesmo que elas tenham sido escritas aproximadamente um século e meio depois.

A partir do século XV o muçulmano aguerrido voltou a figurar como o grande inimigo português. Para enfrentar essa antiga e constante ameaça, foi necessário reavivar costumes e idéias vigentes na memória histórica ibérica que contribuíssem na movimentação da nobreza portuguesa contra o mouro “infiel”. Assim, a “vantagem de realeza”, a “boa vontade”, a “honra”, a “disposição aos feitos da cavalaria”, a “coragem”, a “fortaleza”, a “liderança”, a “lealdade e obediência”, todos permeados pela fé e pela idéia de estar realizando um serviço para Deus na luta contra os “infiéis”, reforçou uma construção de longa data, o perfil do cavaleiro cristão em Portugal.

### Conclusão: para quem gosta de questões

Nessa conclusão deu-se atenção ao fato das questões abordadas poderem ser retomadas e reinterpretadas, além de serem levantadas outras hipóteses, afinal de contas, ninguém é proprietário de questões intelectuais. Outro motivo para a afirmação no subtítulo é por existirem outras fontes de Zurara disponíveis, com as quais se pode desenvolver um trabalho mais acurado sobre suas funções como cronista, e a relação do seu fazer cronístico com a figura do Infante D. Henrique.

Desta forma, esse é um trabalho que pode ser estendido, pois há uma porção de fontes relacionadas à temática da expansão quatrocentista portuguesa que podem ser analisadas dentro das mais diversas perspectivas e métodos historiográficos. Normalmente a **Crônica da Tomada de Ceuta** foi, e ainda é abordada por historiadores a partir de uma perspectiva política e econômica. O que se pretendeu aqui, foi uma leitura dessa fonte a partir de uma perspectiva cultural, buscando os valores e os personagens representados, dos quais se destacou o nobre D. Henrique, Infante de Avis.

Isso porque na leitura da fonte notaram-se contínuos elogios a esse Infante, e na leitura da bibliografia perceberam-se as relações entre o cronista e cavaleiro da Ordem de Cristo Gomes Eanes de Zurara, e D. Henrique, governador da mesma ordem. Esses elogios demonstraram os valores exaltados na cavalaria cristã e na nobreza, sendo D. Henrique o “principal” dentre os nobres, aquele com “vantagem de realeza”, o corajoso e forte cavaleiro que em todos os momentos da Crônica buscou realizar o melhor a serviço de Deus na luta contra os “infiéis”.

Assim, pode-se afirmar que diferente do que é proposto pela historiografia da expansão portuguesa, a **Crônica da Tomada de Ceuta** de Zurara é muito mais uma elegia aos grandes feitos de D. Henrique do que uma Crônica sobre D. João I e seus feitos. Tanto o é, que Zurara construiu o perfil do cavaleiro cristão ideal para D. Henrique, e para nenhum outro. Essa constatação não contradiz o fato de que nessa Crônica foi narrado um dos principais acontecimentos do reinado de D. João I, mesmo o último não sendo o personagem de destaque da narrativa.

No segundo momento da análise apontou-se a representação de D. Henrique. Essa construção foi permeada pela idéia de cavaleiro cristão ideal, vigente ainda no final do medievo. Os valores necessários para alcançar esse ideal foram expostos tanto na **Crônica da Tomada de Ceuta** como no **Livro da Cartuxa**. Desses valores foram destacados principalmente os que diziam respeito aos feitos de Fé e na guerra, sendo o segundo profundamente relacionado ao primeiro. Nas duas fontes os valores do cavaleiro cristão foram direcionados ao Infante D. Henrique, provando seu profundo envolvimento em mover guerra em “nome de Deus” contra o muçulmano.

Assim sendo, concluiu-se que nessa narrativa de Zurara foram narrados e exaltados os feitos de um personagem de destaque do período, e pode-se afirmar que o cronista construiu em sua Crônica a primeira representação oficial de D. Henrique. E por ele ter grande destaque na obra de Zurara, os leitores de suas

<sup>70</sup> <http://www.geocities.com/Athens/Forum/5284/ricardo.html>

Crônicas ao falarem sobre o Infante, logo se lembram do movimento expansionista português, e vice-versa. Mas, como se sabe, D. Henrique não foi o único a impulsionar a expansão lusa, houve outros homens que também se destacaram por incentivá-la. Um deles é o Infante D. Pedro, relegado ao silêncio e ao anonimato por ter caído em desgraça para o rei D. Afonso V. Assim, o cronista deu destaque a quem e ao que agradaria a nobreza, a corte e ao rei.

Como já afirmado acima, na **Crônica da Tomada de Ceuta** o personagem do Infante Henrique que Zurara descreveu foi o D. Henrique da fase pós-1440. Essa afirmação se apóia no fato de que a principal testemunha dos feitos de Ceuta foi o D. Henrique de 1440, além do fato de Zurara ter em seu escrito endossado o poder e prestígio desse Infante. Qual representação seria melhor para esse do que a de um líder nato, com grandes feitos e glórias realizadas, e que na década de 1440 comandava toda uma rede de relações ligadas ao movimento expansionista português.

Todos os historiadores que trabalham com a figura do Infante D. Henrique no momento inicial da expansão portuguesa, devem ter em mente a afirmação de Luís de Albuquerque<sup>71</sup> em relação à dificuldade de desmistificar tal personagem depois de seis séculos de construções de sua imagem. O que pode ser dito a respeito da representação criada por Zurara é que: o Infante Henrique foi um cavaleiro cristão permeado pela mentalidade cavaleiresca e senhorial do final do medievo, e não o Navegador que construções posteriores afirmaram que ele foi. E aproveitamos para concluir com uma das certezas sobre o conteúdo da **Crônica da Tomada de Ceuta**, que também é um de seus grandes méritos: o fato dessa ser a mais antiga obra oficial da história ultramarina portuguesa<sup>72</sup>, que tem como tema o marco inicial desse movimento, a conquista de Ceuta, a primeira praça cristã na África após séculos de domínio muçulmano naquele território.

#### Fontes:

D. DUARTE. **Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte** (Livro da Cartuxa). Edição diplomática. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica da Tomada de Ceuta**. S/e. Sintra: Publicações Europa-América, 1992.

#### Referências Bibliográficas:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A economia política dos descobrimentos. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. S/e. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

BOXER, Charles R. **Império colonial português (1415-1825)**. S/e. Lisboa: Edições 70, 1977.

CAMPOS, Pedro Moacyr & Holanda, S. B. de. As etapas dos descobrimentos portugueses. In: Holanda, S. B. de. (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. S/e. São Paulo: Difel, 1968.

CIDADE, Ernani, & SELVAGEM, Carlos. **Cultura Portuguesa**. V. 2 – Consolidação da Independência Nacional, primeiro surto de Expansão Ultramarina, incremento de estudos náuticos e da cultura da pré-renascença. S/e, s/l: Empresa Nacional de Publicidade, s/a.

CORTESÃO, Jaime. **Obras completas 1 e 2 – Os Descobrimientos Portugueses I e II**. S/e. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990. (original de 1958-60).

DIFFIE, Bailey W., & WINIUS, Gerge D. **A fundação do Império Português 1415-1508**. Volume I. Lisboa: Vega, 1993.

<sup>71</sup> SERRÃO, JOEL (DIR.) OP. CIT., p. 195-198.

<sup>72</sup> SERRÃO, J. V. CRONISTAS DO SÉCULO XV POSTERIORES A FERNÃO LOPES. OP. CIT., p. 28.

FERNANDES, Fátima R. A participação da nobreza na expansão ultramarina portuguesa. In.: **Revista de Estudos Ibero Americanos**. Ed. Especial: Brasil 500 anos. Porto Alegre: PUC/RS, 2000.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Os descobrimentos e a economia mundial**. Vol. 1. 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1981-1985.

MALERBA, Jurandir. Para uma teoria simbólica: conexões entre Elias e Bourdieu. In.: Cardoso, Ciro Flamaryon; e, Malerba, Jurandir. **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. S/e. Campinas: Papyrus, 2000.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve História de Portugal**. S/e. Lisboa: Ed. Presença, 1995.

SANTOS, João Marinho dos. A expansão pela espada e pela cruz. In: Novaes, Adauto (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. S/e. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SERRÃO, Joaquim V. **Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes**. 1º ed. Lisboa: ICP/SEIC/MEIC, 1977.

----- **História de Portugal**. V. I – Estado, Pátria e Nação (1080-1415). 3º edição, s/l: Editorial Verbo, 1979.

----- **História de Portugal**. V. II – A formação do Estado Moderno (1415-1495). 3ª edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1º de Março de 1980.

----- **Portugal en el Mundo** – un itinerário de dimensión universal. 1º edição, Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

SERRÃO, Joel (dir.) **Dicionário de História de Portugal**. S/e. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984.

THOMAZ, Luís Filipe F. R. **De Ceuta a Timor**. 2ª ed. Lisboa: Difel, 1994.

#### Referências Eletrônicas:

<http://www.geocities.com/Athens/Forum/5284/ricardo.html>